

Municipal de Castanhal, em caso de atraso do pagamento do valor ofertado na licitação; b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor ofertado, pela não assinatura do contrato; c) de 1% (um por cento) sobre o valor do CONTRATO, no caso de atraso superior a trinta dias no fornecimento do produto; 1.3. Suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos; 1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição prevista no item anterior, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que publicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada. **CLÁUSULA DECIMA QUARTA:** Se a empresa der causa à inexecução total do contrato, entendendo como tal, dentre outras, as hipóteses de rescisão contratual, deverá pagar à Prefeitura Municipal de Castanhal a multa de valor equivalente a 10% (dez por cento) do total contratado. **Parágrafo Primeiro** As multas não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a instituição financeira da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas. **Parágrafo Segundo** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo. **TÍTULO X - DISPOSIÇÕES GERAIS. CLÁUSULA DECIMA QUINTA:** Todos os aditivos e alterações a este instrumento deverão ser mutuamente acordados, por escrito e assinados pelos representantes legais devidamente nomeados ou eleitos. **CLÁUSULA DECIMA SEXTA:** O presente contrato sujeita-se à alteração unilateral, ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos artigos 57, § 1º e 65, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pelas Leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98. **CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA:** A abstenção pelas partes contratantes de qualquer direito ou faculdade que lhe assistam pelo presente instrumento, não implicará novação ou renúncia dos direitos ou faculdades nele previstos, que poderão ser exercidos a qualquer momento. **CLÁUSULA DECIMA OITAVA:** Todas as decisões resultantes de reuniões realizadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA deverão ser reduzidas a termo expresso (ata, ofício, correspondência, fac-símile, e-mail etc.). **TÍTULO XI - DA EXECUÇÃO DO OBJETO. CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** A execução do serviço do presente contrato será executada em conformidade com o que fora especificado nos autos deste processo licitatório, assim como: 1) Os gêneros alimentícios deverão ser entregues no prédio da Secretaria de Assistência Social deste município de Castanhal - Pará. **TÍTULO XII - DO SIGILO. VIGÉSIMA:** A CONTRATADA obriga-se a manter o mais completo sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, especificações técnica de que venha a ter conhecimento ou acesso, ou que venha a lhe ser confiado em razão deste Contrato, sendo eles de interesse da CONTRATADA e seu CLIENTE ou de terceiros, não podendo sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, estranhos a esta contratação sob pena de lei. **TÍTULO XII - DO FORO. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:** As partes, de comum acordo, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste instrumento, elegem o Foro da Comarca de Castanhal, Estado do Pará, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por acharem justas e acordadas, as partes assinam, perante as testemunhas abaixo, o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e validade, para que produza os efeitos legais. Castanhal/PA, 05 de Abril de 2017. **CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Castanhal, Pedro Coelho da Mota Filho, Prefeito Municipal de Castanhal. **CONTRATANTE:** Secretaria Municipal de Assistência Social de Castanhal, Amiraldo Lima Torres, Secretário Municipal de Assistência Social. **CONTRATADA:** Alencar e Sá Comercial Ltda-ME, Joermes José de Sá, Representante Legal. **TESTEMUNHAS:** 1ª _____ Nome: C. P. F. 2ª _____ Nome: C. P. F. *Replicado por Incorreção

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 165/2017

Em conformidade a exigência de abertura deste procedimento de dispensa de licitação para a prestação de serviço de perfuração de um poço artesiano na Comunidade Raio do Sol neste Município de Castanhal/Pará. Primamos nesse sentido, pelo deferimento do pleito em virtude de razões fáticas e de direito a seguir aduzidas. 1-OBJETO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO: O objeto compreende a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de perfuração de um poço artesiano na Comunidade Raio do Sol neste Município de Castanhal/Pará, em razão da deterioração e precariedade do poço (fotos em anexo) onde o mesmo acabou perdendo a bomba que lá existia, deixando tal comunidade sem o abastecimento de água, onde atendia aproximadamente 250 (duzentos e cinquenta) famílias. Dessa forma, como não haveria tempo necessário para a contratação de uma empresa especializada na prestação dos serviços a ser função da comissão permanente de atendimento

dessas famílias, devido a água ser um bem comum e essencial à vida, faz-se necessário esta contratação por dispensa de licitação. 2-RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: A escolha do fornecedor se deu através de cotação de preços com um mínimo de 03 (três) empresas do ramo, conforme demonstra o mapa comparativo de preços em anexo, onde o menor preço global ofertado foi pela Empresa M. D. OLIVEIRA COMÉRCIO E HIDRÁULICA EIRELI-EPP, estando dentro do preço de mercado. 3-DO FUNDAMENTO JURÍDICO: A Constituição Federal de 1988, em capítulo reservado aos Princípios Gerais da Atividade Econômica, notadamente em seu art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório. De outro lado, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37. De tal missão se incumbiu a Lei 8.666/93, que em seus artigos 24 e 25 excepcionou a regra da prévia licitação, ora em razão de situações de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, mas pela particularidade do caso, o interesse público a reputaria inconveniente, como é o caso da dispensa. A dispensa de licitação é tratada no artigo 24 da Lei federal nº 8666/93, que prevê em arrolamento exaustivo, as hipóteses em que a licitação fica dispensada. Nesse diapasão, a possibilidade de dispensa encontra-se cabalmente justificada e fundamentada, no Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme segue: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento de situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos"; Esta Comissão Permanente de Licitação, pelo exposto acima, encaminha os presentes autos à Procuradoria Jurídica deste Município, para que se manifeste sobre a presente dispensa, tudo em conformidade com as disposições legais. Castanhal-Pará, 12 de Setembro de 2017. Danielle Fonseca Silva, Presidente da CPL. Silvio Roberto M. dos Santos, Secretário da CPL. Eli Martinho de Souza Santos, Membro da CPL.

TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO

Por este termo, reconheço e ratifico o ato de Dispensa de Licitação decorrente do processo n.º 165/2017, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfuração de um poço artesiano na Comunidade Raio do Sol neste Município de Castanhal/Pará, onde a contratada foi a Empresa M. D. OLIVEIRA COMÉRCIO E HIDRÁULICA EIRELI-ME, cujo valor contratual total é de R\$35.594,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais), nos termos do art. 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93 e conforme Parecer Jurídico constante deste processo. Castanhal (Pa), 15 de Setembro de 2017. PEDRO COELHO DA MOTA FILHO, Prefeito Municipal

CONTRATO DE EMPREITADA Nº 235/2017, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL E A EMPRESA M. D. OLIVEIRA COMÉRCIO E HIDRÁULICA EIRELI-ME, COMO ABAIXO MELHOR SE DECLARA:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL, com sede nesta cidade à Av. Barão do Rio Branco, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.121.991/0001-84 representada por seu Prefeito Municipal Sr. Pedro Coelho da Mota Filho, brasileiro, casado, arquiteto, portador da carteira de identidade nº 3217611 e do C.P.F. nº 057959822-53, residente e domiciliado à Rodovia BR 316 S/N KM-60, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa M. D. OLIVEIRA COMÉRCIO E HIDRÁULICA EIRELI-ME, com sede à Passagem Bom Remédio, n.º 32, Bairro: Centro, Rua Bom Sossego, Ananindeua/Pará, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.143.603/0001-29, representada neste ato pelo Senhor Mamédio Dias Oliveira, residente e domiciliado à Passagem Bom Jesus, n.º 35, Rua dos Mundurucus, Bairro: Terra Firme, Belém/Pará, a seguir denominada CONTRATADA, considerando o reconhecimento e ratificação do Sr. Prefeito Municipal referente a Dispensa n.º 165/2017 resolvem firmar o presente Contrato, de acordo com Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, além das cláusulas e condições seguintes: **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:** 1 - O presente Contrato tem como objeto a execução de serviço de perfuração de um poço artesiano na Comunidade Raio do Sol, neste Município de Castanhal/Pará. **CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:** O preço total da obra será de R\$35.594,00 (trinta e cinco mil, quinhentos e noventa e quatro reais), sendo portanto por conta da contratada toda e qualquer despesa com impostos, taxas, obrigações sociais, fretes, etc. As condições de

pagamento serão efetuadas mensalmente conforme as medições. **CLAUSULA TERCEIRA - PRAZO DE ENTREGA:** A contratada compromete-se a entregar o objeto do presente contrato, dentro do prazo de 25 (vinte e cinco) dias corridos, a contar da data de assinatura deste contrato, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes mediante Termo Aditivo. **CLAUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS:** Os recursos necessários e suficientes a garantia do pagamento, correrão à conta do elemento de despesas: 2201 – Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Desenvolvimento, 15.122.0056.2.132 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento, 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica e 010000 – Recursos Ordinários do orçamento vigente deste Município de Castanhal/Pará. **CLAUSULA QUINTA - DA GARANTIA:** A contratada optou por oferecer a garantia obrigatória de caução, correspondente a 5% (Cinco por cento) do valor do contrato, estabelecido pela Comissão Permanente de Licitação, de conformidade com o que dispõe o parágrafo 3º do Art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e será liberado ou restituído após a execução deste contrato. **CLAUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES:** Cabe a contratante a fiscalização da perfeita execução do objeto do presente instrumento pela contratada, podendo a primeira tomar todas as providências de rescisão e de penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, no caso da contratada descumprir qualquer das cláusulas do contrato, inclusive inabilitando-a para as licitações públicas do Município de Castanhal e para tal determina como fiscal do contrato a arquiteta: Daila B. M. Costa. A contratada poderá ser multada com 0,1% (Um décimo por cento) do valor do contrato por dia de atraso de entrega da obra até o limite de 1% (Um por cento), quando se extingue o prazo de tolerância. A Contratada deverá arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil, decorrente da execução dos serviços, objeto desta licitação, inclusive nos casos de rescisão contratual, trabalhistas e ações judiciais dele decorrentes. A contratada compromete-se a realizar com zelo e o cuidado necessário, responsabilizando-se por defeitos resultantes desta obra. **CLAUSULA SÉTIMA - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O presente instrumento foi lavrado em decorrência da dispensa de licitação n.º 165/2017, regendo-se pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ficando eleito o Foro da Comarca de Castanhal para dirimir as questões que vierem a surgir. Por acharem justo e contratados, as partes declaram conhecer perfeitamente as condições do presente instrumento, que passam a assinar em 02 (duas) vias de igual teor, sendo assinada na presença de duas testemunhas. Castanhal (PA), 15 de Setembro de 2017. Pedro Coelho da Mota Filho, Prefeito Municipal, Contratante. Mamédio Dias Oliveira, Sócio Proprietário, Contratada. **TESTEMUNHAS:** 1- _____ Nome: _____ CPF: 2- _____ Nome: _____ CPF: _____



RESOLUÇÃO Nº 14 / 2017 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE TRABALHADOR. O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DO ADOLESCENTE DE CASTANHALL, no uso de suas atribuições estabelecidas, respectivamente, nos artigos 227 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 8069/90, em consonância com a portaria nº 666 de 28/12/2005 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS e Portaria nº 458, de 04 de outubro de 2001, da Secretaria de Estado de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social, que estabelece Diretrizes e Normas do Panorama de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. CONSIDERANDO as orientações técnicas de gestão do programa de Erradicação do Trabalho Infantil no SUAS, emitida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **RESOLVE:** Art. 1º Criar a Comissão Intersectorial Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Art. 2º A Comissão Intersectorial será composta pelos seguintes representantes: COORDENAÇÃO GERAL E SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO INTERSETORIAL: Marise Lima Ferreira – Técnica de Referência das Ações Estratégicas do PETI. **MEMBROS DA COMISSÃO INTERSETORIAL:** 01-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL: - Maurício José Santana de Queiroz (titular) - Michel Brito de Lima (Suplente); 02-SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: - Maricléia da Silva Botelho (Titular) - Ailton Cardoso Espindola (Suplente); 03-SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E

(Suplente); 04-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: - Josete Soares de Caldas (Titular) - Maria Elisete Oliveira Barreiros (Suplente); 05-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE: - Nayara da Cunha Matias (Titular) - David de Abreu Junior (Suplente); 06-CONSELHO TUTELAR: - Rosiane Costa Conceição (Titular) - Larisse Silva Rodrigues de Oliveira (Suplente); 07-ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE E RECREATIVA CASA DA SOPA: - Andrea Monteiro de Araújo (Titular) - Maria de Nazaré Souza Cavalcante (Suplente); 08-ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE CASTELO DOS SONHOS: - Silvia Cristina Moreira Silva (Titular) - Renata de Sousa da Silva (Suplente); 09-SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASTANHALL: - Valberto de Almeida Maia (Titular) - Maria Elza Pinto (Suplente); 10-SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASTANHALL: - Valberto de Almeida Maia (Titular) - Maria Elza Pinto (Suplente); 11-SINDICATO DOS EMPREGADOS RURAIS DOS MUNICIPIOS DE CASTANHALL SÃO FRANCISCO DO PARÁ E IGARAPÉ-AÇÚ: - Pablo Esquerdo Lima (Titular) - Maria de Nazaré Ribeiro Barbosa (suplente); 12-ASSOCIAÇÃO UNIDOS E FORTES DO BACURÍ: - Antônio Eduardo O. Marquês (Titular) - Francisco de Assis O. Tocantins (Suplente); 13-SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER: - Nailton Nazareno Carvalho de Oliveira (Titular) - José Fernando Gomes de Freitas Moraes (Suplente); 14-ASSOCIAÇÃO APRENDIZAGEM ESPORTE E LAZER "APEL BOM JESUS": - Zaire José Amaro (Titular) - Ana Paula Corpas Santiago (Suplente). Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Silvia Cristina Moreira Silva, Presidente do CMDCA – Castanhal – PA.



PORTARIA Nº 006/2017, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CASTANHALL, FRANCISCA LÚCIA PORPINO TELLES, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. Art. 1º Substituir o Servidor WILLES LUNA MACHADO ALENCAR, matrícula nº 10151-1, pelo servidor **FERNANDO VALÉRIO DE LIMA ALVES**, coordenador de Controle Ambiental, como Fiscal de Contrato na execução dos serviços referentes ao processo de Pregão Presencial SPR nº 44/2017, cujo objeto é contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, instalação e desinstalação de aparelhos condicionadores de ar, bebedouros e refrigeração em geral. Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se e cumpra-se. **GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE CASTANHALL, AOS 27 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2017.** Francisca Lúcia Porpino Telles, Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA/Castanhal – PA, Decreto Nº026/2017, de 02 de Janeiro de 2017 - PMC

ATOS DO PODER

Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHALL RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017-CMC

A Comissão Permanente de Licitação para a contratação de empresa de construção civil para a construção do prédio anexo da Câmara Municipal de Castanhal, torna público aos interessados que a empresa Masoller Construções e Serviço Eireli - ME, inscrita no CNPJ 22.938.950/0001-02, sagrou-se vencedora da referida licitação. Eventuais recursos deverão ser interpostos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, na forma do item 13.2 do Edital e de acordo com os preceitos do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações. Jorge Luiz Soares da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Licitação